

EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário divulga a edição de Agosto de 2019 do periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, que contém as seções fixas do Panorama Econômico e Indicadores e três textos sobre aspectos cruciais da economia brasileira.

O primeiro artigo descreve os fracos resultados contabilizados pelo mercado de trabalho do país, no primeiro semestre de 2019, e o limitado alcance dos incentivos via FGTS anunciados recentemente pelo governo.

A segunda incursão questiona o suposto embrião de retomada da economia nacional, a partir dos indicadores do nível de atividade estimados pelo Banco Central, que representam uma espécie de prévia do PIB.

A terceira contribuição destaca a diminuta influência da reforma da previdência, aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, na restauração da capacidade de expansão de longo prazo dos níveis de produção e investimento.

Ótima leitura a todos.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

FRAQUEZA DO EMPREGO E LIBERAÇÃO DO FGTS

Gilmar Mendes Lourenço

De acordo com levantamentos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, o mercado de trabalho brasileiro gerou 48,4 mil vagas líquidas com carteira assinada em junho de 2019, a melhor performance para o mês desde 2013, quando foram abertos 123,8 mil postos.

Já, no primeiro semestre do ano, as admissões líquidas chegaram a 408,5 mil, o que representou o maior contingente absorvido desde o período compreendido entre janeiro e junho de 2014, com saldo registrado de 588,7 mil contratações.

É interessante observar que tais resultados não devem ser prematuramente interpretados e, principalmente, comemorados como embrião de um processo de deslanche consistente da marcha laboral nacional. Algumas informações bastante contundentes servem para referendar a argumentação ou pressuposição assumida.

Em primeiro lugar, o volume líquido configura incremento de apenas 0,13% em relação a junho de 2018 e 1,06% em cotejo com os seis primeiros meses do ano passado, absolutamente em linha com as previsões de modesta expansão do produto interno bruto (PIB) para 2019, em face da deterioração da confiança associada à ausência de passos oficiais firmes na direção da elaboração e implementação de uma virtuosa estratégia de reativação dos níveis de atividade.

Em segundo lugar, se agrupado aquelas 529,6 mil posições criadas em 2018, o desempenho contabilizado no último ano e meio perfaz 938,1 mil vagas e atende à recomposição de somente 32,5% dos 2.882,4 mil postos eliminados entre 2015 e 2017, durante o mais acentuado e prologando ciclo recessivo da vida republicana brasileira.

Em terceiro lugar, a retomada de vigor da dinâmica de ocupações repousa em segmentos responsáveis por empregos qualitativamente inferiores, atrelados a menores remunerações e, por consequência detentores de menor poder de irradiação multiplicadora para os demais setores e variáveis econômicas, sobretudo o consumo das famílias.

Precisamente mais de 85,0% da reação do volume empregado provém dos serviços (66,8%) e da agropecuária (18,4%) que, juntos, contribuem com 78,4% para a formação do PIB brasileiro, 73,3% e 5,1%, respectivamente. Nos serviços, as atividades que mais se destacaram foram “comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos” (21,4% do total geral), “ensino” (18,1%) e “serviços médicos, odontológicos e veterinários” (16,0%).

Ao mesmo tempo, “transportes e comunicações” e “alojamento, alimentação, reparação e manutenção”, ramos mais diretamente ligados à evolução da atividade econômica, expressaram participação residual de 7,2% e 3,1%, respectivamente, na quantidade incremental do pessoal ocupado formal.

Para corroborar a fraqueza da ascensão das ocupações, construção civil (afetada pela combinação entre deterioração das finanças públicas, substancial diminuição dos recursos aportados no maior programa habitacional do país – Minha Casa Minha Vida -, e paralisação de múltiplas obras tocadas por empreiteiras envolvidas nos escândalos de corrupção investigados pela operação Lava jato) e indústria de transformação, divisões detentoras de forças propulsoras mais relevantes, colaboraram com a abertura de apenas 18,4% e 17,0% das vagas.

De seu turno, o comércio amargou contração líquida de 88,8 mil postos, reflexo da estagnação das vendas, fruto dos elevados patamares de desemprego, endividamento e inadimplência dos consumidores. São mais de 28,4 milhões de pessoas desempregadas, desalentadas ou ocupadas em jornadas de trabalho menores do que desejariam, no segundo trimestre de 2019, conforme demonstra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mais grave é que o comportamento negativo do comércio oportuniza a constituição de uma espécie de círculo vicioso, que serve como barreira à ampliação das encomendas à indústria que, por sinal, continua experimentando enormes margens de ociosidade do ativo fixo (máquinas e equipamentos).

Por essa ordem de avaliações, o comércio seria o maior beneficiário das providências de oxigenação da matriz de transações, anunciadas recentemente pelo governo federal, ancoradas em instrumentos heterodoxos preparados e organizados em pouco mais de uma semana, concentrados na Medida Provisória 889, que autoriza a liberação de R\$ 42 bilhões das contas ativas e inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS/PASEP, sendo R\$ 30 bilhões, em 2019, e R\$ 12 bilhões, em 2020, com a instituição do saque-aniversário perene.

A título de ilustração, foi estabelecida a possibilidade de retirada de até R\$ 500 por conta do FGTS, entre setembro e dezembro de 2019, independentemente do saldo, e, a contar de 2020, poderão ocorrer saques no mês de aniversário do trabalhador, amparados na relação inversa entre saldo e montante sacado, segundo sete faixas, de R\$ 500 até acima de R\$ 20 mil, com retiradas de 50,0% e 5% para saldos de R\$ 500 e R\$ 20 mil (com acréscimo de R\$ 2.400), respectivamente.

Também será extinto o saque por desligamento sem justa causa e assegurada a supressão da penalização rescisória de 40,0% sobre o saldo da conta vinculada especificamente àquele contrato de trabalho.

Considerando o inevitável recuo da massa de poupança compulsória do FGTS, faltou às autoridades proceder a designação das fontes alternativas de recursos para a cobertura das necessidades financeiras da área de infraestrutura.

Considerando o inevitável recuo da massa de poupança compulsória, denotada por haveres do FGTS, faltou às autoridades proceder a designação das fontes alternativas de recursos provenientes do Tesouro Nacional para a cobertura das necessidades financeiras da área de infraestrutura, particularmente os empreendimentos de saneamento básico e habitação popular, em tempos de abstinência de subsídios.

No entanto, apreciações do próprio executivo identificam a natureza efêmera das repercussões dos estímulos oferecidos, com estimativas de variação adicional de, no máximo, 0,35% do PIB em doze meses.

Recorde-se que, no governo Temer, a aprovação de saídas de R\$ 44 bilhões das contas inativas, entre março e junho de 2017, ensejou impacto mais encorpado. Infere-se que 0,7% da expansão de 1,1% do PIB, naquele exercício, derivou das retiradas do FGTS. Na época, 25,9 milhões de pessoas foram contempladas para 9,7 milhões de famílias endividadas e, em junho de

2019, serão 96 milhões de contemplados para 10,3 milhões de famílias em situação de endividamento.

Logo, na falta de um ataque de racionalidade rumo à sinalização de simplificação do aparato tributário, alterações no modus operandi do sistema financeiro - que favoreça a ampliação da concorrência interbancária e o declínio dos juros -, drástica diminuição dos depósitos compulsórios, e formulação e implantação de transparente programa de privatizações e concessões, a apatia do ambiente de negócios e do funcionamento do mercado de trabalho devem persistir.

Convém sublinhar que, para uma taxa de inflação no varejo de 3,3% ao ano e taxa Selic de 6,5% a.a., os juros cobrados pelos bancos nas transações com cheque especial e rotativo do cartão de crédito de pessoas físicas situam-se em 322,2% a.a. e 300,1% a.a., respectivamente.

Porém, bastaram os anúncios do Federal Reserve (FED), banco central dos Estados Unidos (EUA), de diminuição dos juros primários, da faixa entre 2,25% a.a. e 2,50% a.a., para o intervalo entre 2,0% a.a. e 2,25% a.a., representando o primeiro corte desde 2008, e do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de reduzir a Selic de 6,5% a.a., vigente desde março de 2018, para 6,0% a.a., para a definição de declínio dos juros em algumas modalidades de financiamento do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Itaú.

No que se refere às privatizações, a comercialização de 30,0% da BR Distribuidora (R\$ 9,6 bilhões), subsidiária de postos de combustíveis, pela Petrobras, configurando perda de controle acionário pela estatal, constitui menos de 1,0% do potencial de desestatização calculado pelo governo.

ENSAIO DO ESPETÁCULO DE RETOMADA ECONÔMICA?

Gilmar Mendes Lourenço

Desde 2010, a autoridade monetária brasileira calcula e disponibiliza mensalmente o índice de atividade econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), que funciona como uma espécie de prévia da variação do produto interno bruto (PIB) trimestral, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e representa apoio relevante à feitura de projeções de curto e médio prazo e à realização das escolhas estratégicas dos agentes.

De acordo com o BC, o indicador exibiu apreciável empuxe em maio de 2019, com acréscimo de 0,54% frente ao mês de abril, resultando em incremento de 0,94% no ano e 1,31% em doze meses. Decerto, trata-se de excelente notícia.

No entanto, considerando a não divulgação pelo BC das estimativas desagregadas para as principais variáveis representativas dos diferentes segmentos da matriz de produção e negócios, parece lícito admitir que o parâmetro expressa essencialmente a performance positiva da agropecuária, a eterna “salvadora da pátria” ou da lavoura.

De acordo com os prognósticos do IBGE, efetuados no mês de junho, a quantidade produzida (de cereais, leguminosas e oleaginosas) deve chegar a 236,0 milhões de toneladas, em 2019, sendo 4,2% superior à de 2018 e 0,6% acima da avaliação feita em maio deste ano.

Em linha ampliada, as investigações trimestrais da pecuária, também do IBGE, apuraram alguns recordes históricos no intervalo de tempo compreendido entre janeiro e março de 2019, desdobrados em elevações de 3,0%, nas aquisições de leite (6,2 bilhões de litros), 6,0% na produção de ovos de galinha (912,6 milhões de dúzias), e 5,5% no abate de suínos. Já o abate de bovinos aumentou somente 1,6%, totalizando 7,9 milhões de cabeças. Na contramão, o abate de frangos recuou 2,0% (perfazendo 1,45 milhões de cabeças) e a compra do couro experimentou redução de 2,2% (8,5 milhões de peças).

Na verdade, exceto a costumeira pujança líquida das cadeias produtivas articuladas ao rural, o movimento dos demais setores desautoriza a precipitação de posturas e diagnósticos de ocorrência de esboço de uma fase de retomada do crescimento, que ganharia contornos mais nítidos a partir da aprovação em primeiro turno, pela Câmara dos Deputados, da proposta de alteração das regras de aposentadorias e pensões.

A tomada de pulso dos outros ramos integrantes do sistema econômico oportuniza a caracterização de fraqueza generalizada.

Mais precisamente, a tomada de pulso dos outros ramos integrantes do sistema econômico oportuniza a caracterização de fraqueza generalizada, o que serve para corroborar, na melhor das hipóteses, a manutenção do quadro de estagnação dos patamares de produção, vivido pela nação desde o começo de 2017, depois do escape da mais longa e intensa recessão da história republicana, resumida no declínio acumulado de 8,5% do PIB, por onze trimestres seguidos.

Tanto é assim que a mistura entre inferências da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do IBGE permite verificar, para as estatísticas industriais, retração de 4,0% no faturamento real, 4,8% nas horas trabalhadas, 0,2% no emprego, 2,0% na massa salarial, e 0,6% na produção industrial, mês de junho, em comparação com maio, resultando em 23,0% de capacidade ociosa.

Em embalo semelhante, fortemente afetado pela resistência de expressivas taxas de desocupação e encolhimento da massa de rendimentos da mão de obra, aspectos agudizados pela escassez e encarecimento do crédito, o volume dos serviços apresentou incremento zero e as vendas do comércio varejista decresceram 0,1%, em maio.

Apenas a título de ilustração, conforme a Confederação Nacional do Comércio (CNC), em julho de 2019, o endividamento dos brasileiros registrou a 7ª elevação mensal consecutiva, observando o maior nível desde julho de 2013, e englobando 10,4 milhões de famílias.

De seu turno, o front externo também vem demonstrando sintomas de fadiga, atestada pela contração de 4,6% das exportações e 0,9% das importações, no entre janeiro e julho de 2019 do corrente ano, em razão da conjugação entre discreta desaceleração da economia global e depressão doméstica.

Cumpra esclarecer que, em todas as situações, o exercício de cotejo com o mesmo período de 2018 não constitui o mais apropriado. Isso decorre do fenômeno conhecido como “compressão da base de comparação”, ensejado, neste caso, pelo episódio da greve dos caminhoneiros.

Por tudo isso, não é difícil apreender que a economia do país continua funcionando em marcha lenta à espera da construção de condições objetivas ao retorno da expansão sustentada, o que requer sintonia fina entre executivo e legislativo na concretização das reformas estruturais e formulação e discussão de um projeto distante da miopia do curto prazo.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Gilmar Mendes Lourenço

A aprovação do projeto substitutivo da controversa reforma da previdência, pela Câmara dos Deputados, traduz essencialmente a desintoxicação política do assunto, marcada pela compreensão, ou resignação, da sociedade, na expectativa de ressurgimento dos sinais vitais da produção e negócios.

Isso pode ser comprovado pela acentuada queda da rejeição popular ao projeto, que passou, de acordo com o Datafolha, de 71,0%, em maio de 2017, na gestão de Michel Temer, para 51,0%, em janeiro de 2019, e 44,0%, em junho de 2019, e, por extensão, a derrubada das barreiras erguidas pelas hostes oposicionistas, notadamente aquelas hospedadas nas agremiações de esquerda, naquela casa de leis.

O núcleo de alterações que limita o volume de benefícios repousa no estabelecimento gradual de pisos etários mais elevados para a concessão das aposentadorias – 65 anos para homens e 62 anos para mulheres – em sintonia com o que acontece em escala planetária, determinado pela necessidade de adequação do pagamento dos benefícios às mutações demográficas, sintetizadas no declínio das taxas de fecundidade e natalidade e ampliação da longevidade da população.

Também houve a designação de equiparação, com algumas exceções, dos regimes previdenciários dos funcionários públicos e trabalhadores da iniciativa privada, corroborando os contornos delineados nas mudanças realizadas em 2003. Ademais, de maneira compensatória às benesses derivadas das carreiras, os servidores públicos contribuirão com maiores alíquotas incidentes sobre os proventos.

No entanto, o episódio de referendo das alterações do arcabouço previdenciário pela Câmara carrega dois conjuntos de perturbações. O primeiro ressalta o malogro do governo Bolsonaro no trabalho de montagem de uma base parlamentar consistente, explicado pela formação de *staff* ministerial de competência discutível, protagonista de não poucos deslizos e, o que é pior, desconectado dos interesses e demandas manifestados pelo congresso recém-empossado, simpático aos ditames do presidencialismo de coalizão.

Sem contar as disputas domésticas, verificadas entre a área ideológica, capitaneada pelos filhos de Bolsonaro e o astrólogo e guru, Olavo Carvalho, e outras alas da administração, algumas das quais encarregadas da hercúlea missão de reparar os estragos provocados por várias incursões estapafúrdias do chefe de estado.

Isso explica a frágil articulação política entre executivo e legislativo e, na sequência, a terceirização da tarefa reformista ao presidente da câmara e líderes partidários, e, o que é pior, o amargo regresso das práticas de fisiologismo da velha política, expresso na abertura das gavetas com as costumeiras emendas, que configuram a permuta de recursos públicos por votos, típica dos modelos de cooptação. Isso seria o protagonismo parlamentar.

O segundo elemento de anomalia exprime a percepção geral de ausência de um programa oficial consistente capaz de, rapidamente, promover a retirada da nação do pântano da estagnação econômica e reversão da curva ascendente de desocupação dos fatores de produção (mão de obra e capital fixo), que ensejaria a constituição de um clima propício ao encaminhamento e tramitação do bloco de mudanças institucionais requerido para a devolução do equilíbrio estrutural das finanças públicas, por meio da contração do custo médio dos passivos governamentais, em médio e longo prazo.

Nesse sentido, parece oportuno o levantamento de alguns pontos na direção da relativização da onda de otimismo precipitada pela “nova previdência”, especialmente quanto à transmissão da mensagem de esta vir a constituir peça-chave no resgate da solvência governamental e retomada quase que instantânea do crescimento dos níveis de produção, investimento e emprego.

Rigorosamente, cálculos efetuados pela Instituição Fiscal Independente, pertencente ao Senado da República, demonstram que, depois da desidratação da proposição enviada originalmente pelo executivo ao parlamento – com a fixação de novas regras de transição para o regime próprio de previdência social, transbordada para o regime geral, a não correção da idade mínima pelo critério da sobrevivência e a supressão das aposentadorias rurais e da presença de estados e municípios -, houve redução de 38,0% da potência fiscal projetada pela equipe de Paulo Guedes, ministro da Economia, recuando de R\$ 1,2 trilhão, para R\$ 744,0 bilhões.

É absolutamente exagerado o empenho retórico em atribuir exclusivamente à reforma da previdência a reponsabilidade pelo saneamento definitivo das contas públicas.

Por tais razões, é absolutamente exagerado o empenho retórico em atribuir exclusivamente à reforma da previdência a reponsabilidade pelo saneamento definitivo das contas públicas e, menos ainda, pela restauração de um ambiente negocial benéfico à impulsão dos ganhos de eficiência da microeconomia nacional.

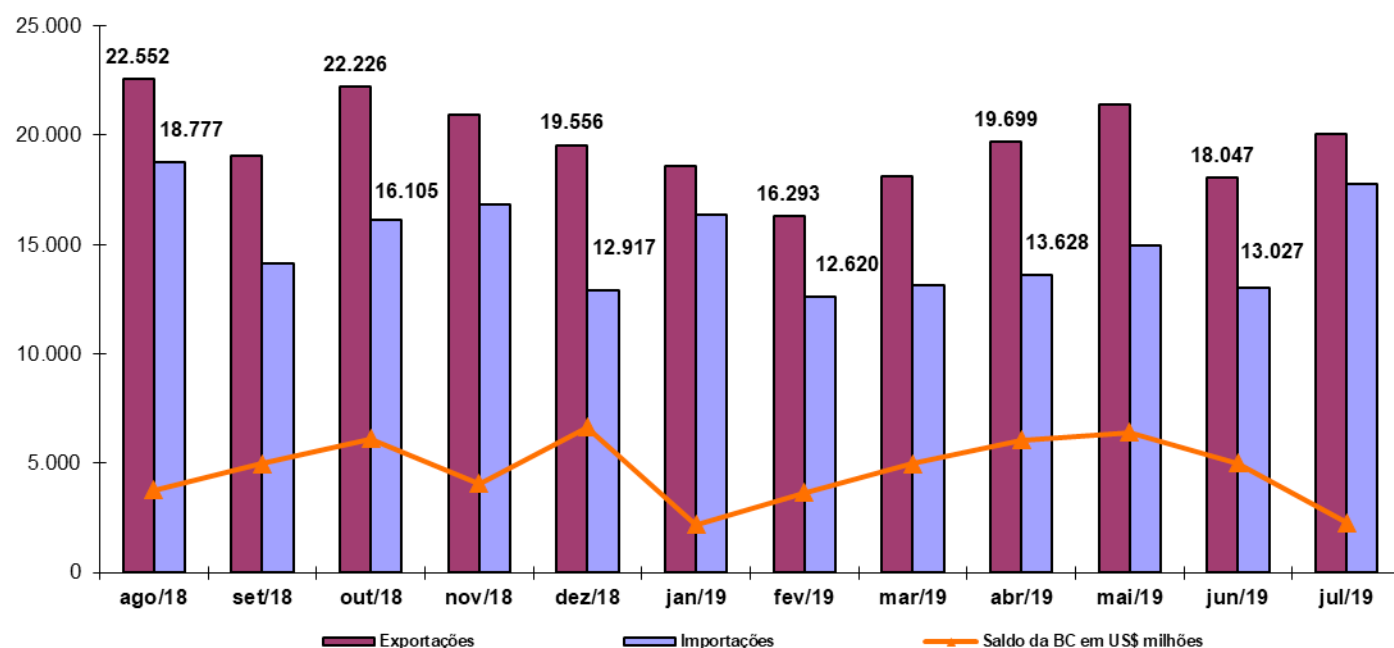
Aliás, o alcance daqueles propósitos exige participação em jogos ainda mais duros, englobando a esperada flexibilização tributária, que poderia começar com a sugestão “cinco por um”, que unificaria os encargos municipais (ISS), estaduais (ICMS) e federais (PIS, Cofins e IPI); e a reforma financeira, que alargaria o espaço de competição entre os bancos e ensejaria a irradiação do recuo estrutural dos juros.

Igualmente relevante seriam as reforma fiscal, redefinindo encargos e receitas entre as diferentes esferas da federação, e do estado, apoiada na revisão de carreiras e salários dos servidores federais, crucial para a concretização do desejo de promover o encaixe da união, estados e municípios, com menos autonomia, dentro das peças orçamentárias.

Por fim, afigura-se imprescindível a intensificação da estratégia de concessões de serviços e privatizações de empresas públicas, embasadas em regras transparentes e estáveis, priorizando aquelas companhias cronicamente deficitárias e dependentes de socorro financeiro do tesouro nacional, caso de Correios e distribuidoras de energia.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Julho/2019) – MDIC****Fato**

Em julho, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 2,29 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 20,05 bilhões e *importações* de US\$ 17,76 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 37,82 bilhões, no mês, e US\$ 231,42 bilhões no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 28,37 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram queda de 14,8%, e as *importações* de 8,9%. Pelo mesmo critério, na comparação com junho de 2019, houve recuo de 8,1% nas *exportações* e crescimento de 12,6% nas *importações*.

A *corrente do comércio*, pela média diária, registrou retração de 12,2% com relação ao mesmo mês do ano anterior e avanço de 0,6% na comparação com junho de 2019. No acumulado no ano, as *exportações* diminuíram 4,7% sobre igual período de 2018 e as *importações*, na mesma comparação, caíram 0,9%.

Em julho de 2019, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* recuaram 16,7% a de *manufaturados*, 12,3% e a de *semimanufaturados*, 4,6%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão. Pelo mesmo critério de comparação, houve aumento nas importações de *combustíveis e lubrificantes*, 22,0%, *bens intermediários*, 4,9% e *bens de consumo*, 1,0%. Por outro lado, diminuíram as compras de *bens de capital*, 53,0%. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Hong Kong e Macau, Alemanha, Argentina e Japão.

Consequências

O saldo da *Balança Comercial* segue apontando resultados positivos, mesmo com a forte recuperação das *importações*. Todavia, o *saldo comercial* ficará abaixo do recorde de 2017.

Atividade

Produção Industrial Mensal (Maio/2019) – IBGE

Fato

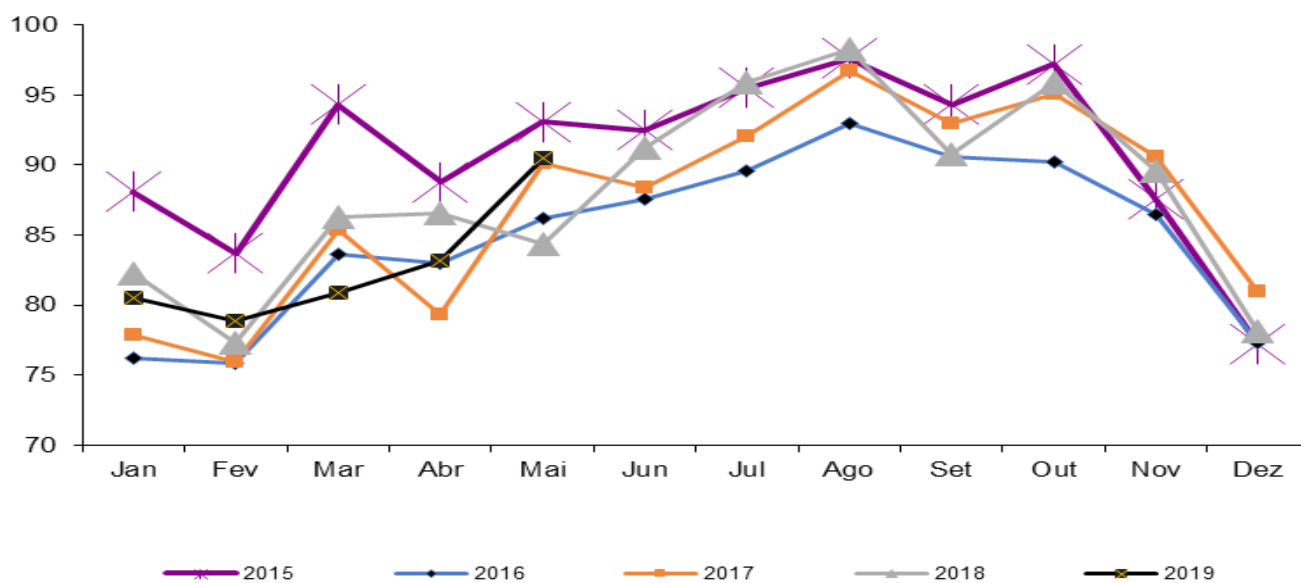
Em maio, a *produção industrial* caiu 0,2% frente a abril de 2019, eliminando parte do acréscimo de 0,3% do mês anterior. Na comparação com maio do ano passado houve crescimento de 7,1%, após registrar quedas em março e abril. No acumulado do ano a *produção industrial* recuou 0,7%, e em doze meses apresentou estabilidade.

Causa

Na comparação com o mês anterior, por categoria de uso, o *setor de bens de consumo semi e não-duráveis* registrou o maior recuo, 1,6% seguido por *bens de consumo duráveis*, 1,4%. Os *bens intermediários* avançaram 1,3% e os *bens de capital* 0,5%.

Comparativamente a maio de 2018, os maiores crescimentos foram nos segmentos de *bens de consumo duráveis* e de *bens de capital*, 28% e 22,2%, respectivamente. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* tiveram expansão de 11,4% e os *bens intermediários* 2,3%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Consequência

O recuo no mês de maio reflete instabilidade que passa o setor, levando a crer que a esperada retomada do crescimento irá seguir em processo lento e gradual.

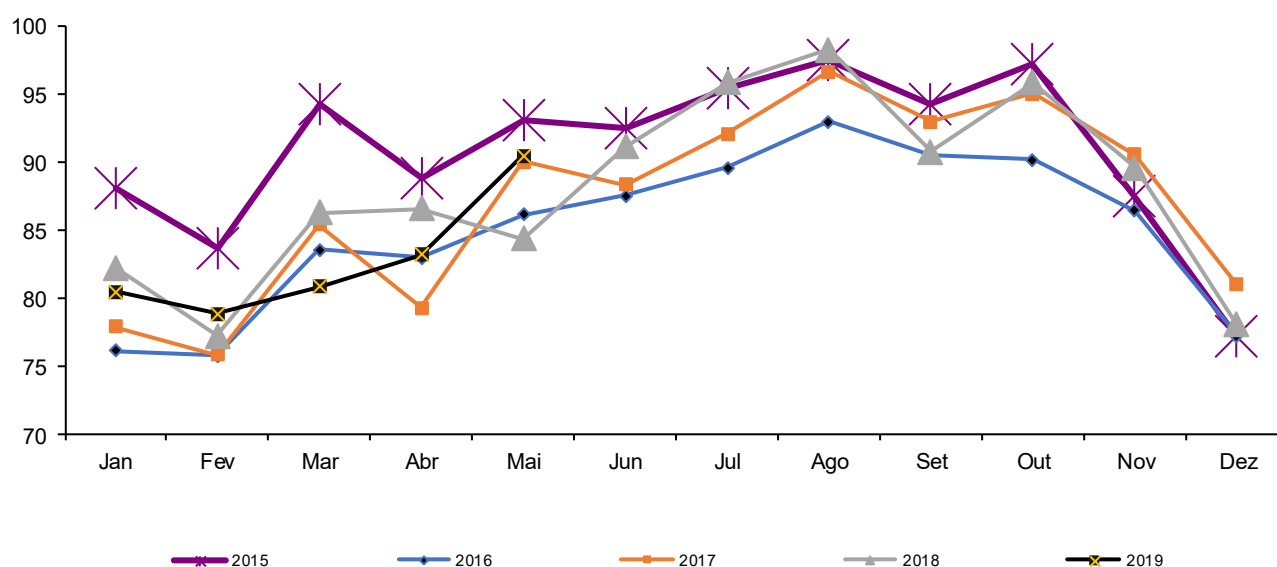
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Maio/2019) - IBGE

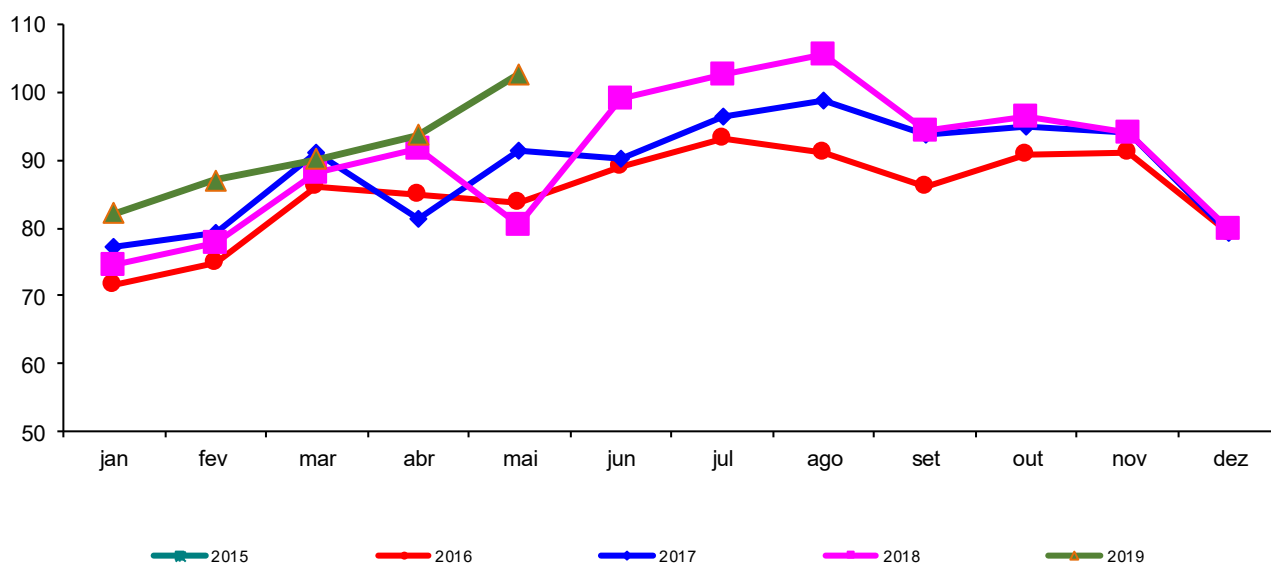
Fato

Entre abril e maio, a *produção industrial* caiu em oito dos quinze locais pesquisados. Na comparação com maio de 2018, doze das quinze regiões pesquisadas apresentaram avanço e no acumulado no ano, sete regiões tiveram queda na produção. No **Paraná** a *produção industrial* cresceu 0,7% frente ao mês anterior. No comparativo com o mesmo mês do ano anterior houve avanço de 27,8%, no acumulado do ano, 10,4% e em doze meses, 6,3%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais com os maiores recuos foram por ordem: Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Os avanços na produção ocorreram no Pará, Rio de Janeiro, Goiás, Amazonas, Bahia, **Paraná** e São Paulo. Na comparação com maio de 2018, destacam-se as altas no **Paraná**, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por outro lado, os avanços ocorreram no Espírito Santo, Minas Gerais e Pará.

No **Estado do Paraná**, em relação a maio de 2018, doze das treze atividades pesquisadas, assinalaram taxas positivas. Os maiores impactos ascendentes vieram dos setores de *veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos e produtos alimentícios*.

Consequência

No mês, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, os resultados, tanto regionalmente como nacionalmente, foram influenciados pelo baixo nível de comparação em decorrência da *greve dos caminhoneiros* em 2018 e na comparação com o mês anterior, pela retomada da atividade extrativa no estado do Pará.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre – abr – mai - jun de 2019) – IBGE

Fato

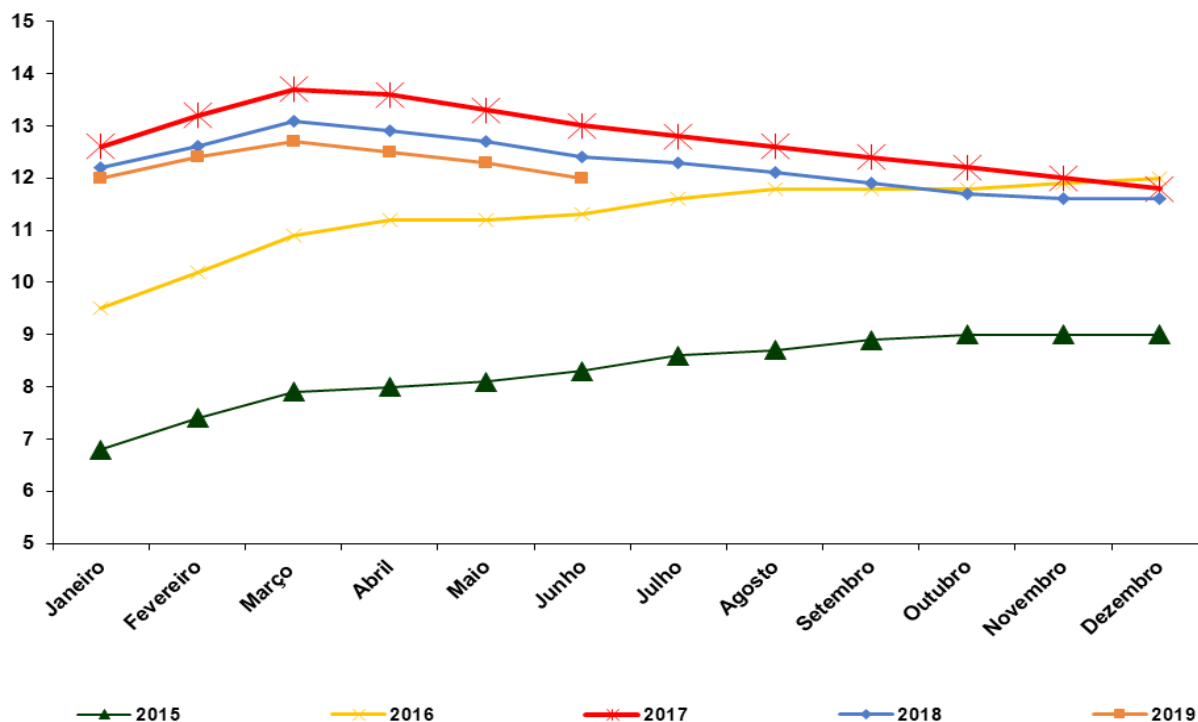
A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em junho 2018, taxa de *desocupação* de 12,0%, com queda de 0,4 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior e redução de 0,7 p.p. na comparação com o trimestre encerrado em março. A *Taxa de Subutilização* foi de 24,8%, com redução de 0,2 p.p. no confronto com o mesmo trimestre do ano anterior e aumento de 0,3 p.p. frente ao trimestre encerrado em março.

O *rendimento médio real habitualmente* recebido foi de R\$ 2.295 diminuindo 1,3%, frente ao trimestre encerrado em março e 0,2% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

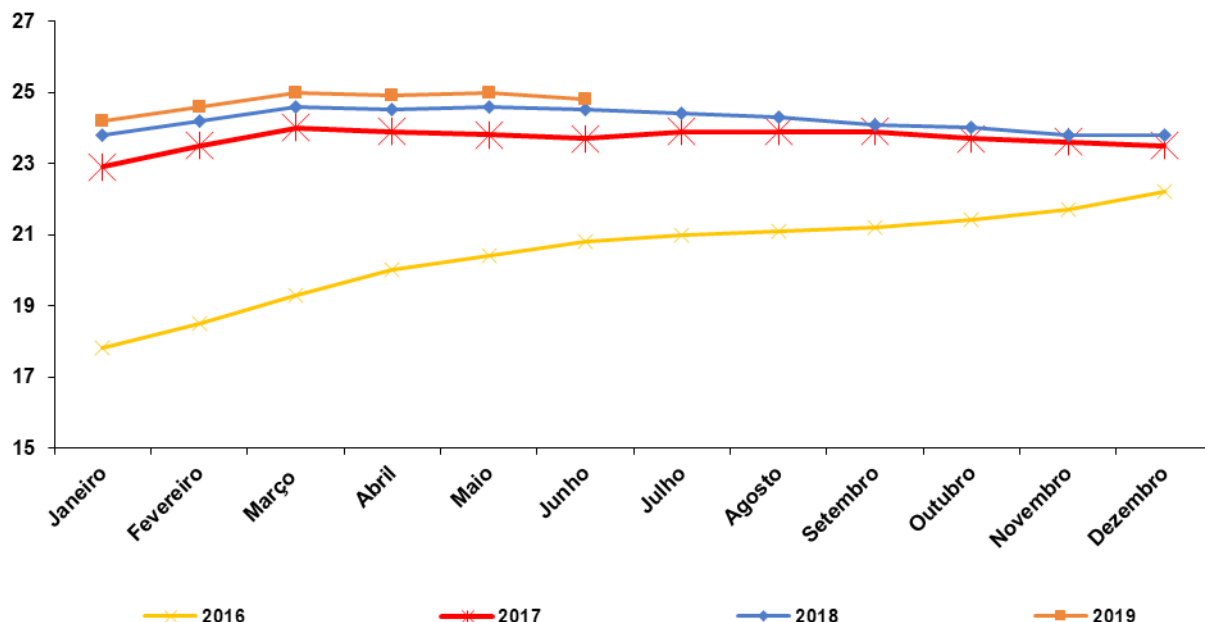
Causa

No trimestre havia 12,8 milhões de *peças desocupadas*, diminuindo 4,6% frente ao trimestre encerrado em março com relação ao mesmo trimestre do ano anterior a *taxa de desocupação* permaneceu estável. A *população subutilizada* ficou em 28,4 milhões, não tendo variação significativa frente ao trimestre anterior e aumentou 3,4% frente ao mesmo trimestre de 2018. O número de *peças ocupadas* foi estimado em 93,3 milhões crescendo 1,6% comparativamente ao trimestre encerrado em março e 2,6% na comparação com o trimestre encerrado em junho de 2018.

Taxa de Desocupação



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Consequência

Embora venha apresentando queda pela terceira apuração consecutiva o desemprego segue em patamar elevado. O cenário para o segundo semestre de 2019 aponta para a continuidade gradual na taxa de ocupação.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Junho/2019) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em junho, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, a safra de 2019 foi estimada em 236 milhões de toneladas, 4,2% acima da obtida em 2018 e 0,6% maior que a estimativa de maio. A área cultivada em 2019 deve apresentar crescimento de 1,8 milhão de hectares em comparação ao ano anterior, chegando a 62,8 milhões de hectares.

Causa

Das três principais culturas de grãos, arroz, milho e a soja, que respondem por 92,5% do total produzido, houve recuos de 4,5% para a soja e de 11,2% para o arroz e aumento de 17,1% para o milho. Na comparação entre a estimativa de junho, destacaram-se as seguintes variações percentuais na produção, batata-inglesa 3ª safra, 8,2%, café em grão – canephora, 2,9%, feijão em grão 3ª safra, 2,2%, sorgo em grão, 1,8%, mandioca, 1,8%, milho em grão 2ª safra, 1,7%, milho em grão 1ª safra, 0,2% e soja em grão 0,1%. Por outro lado, verificou-se uma diminuição na produção de: batata-inglesa 1ª safra, 0,3%, feijão em grão 1ª safra, 0,3%, batata-inglesa 2ª safra, 0,7% café em grão – arábica, 1,3%, laranja, 1,5%, feijão em grão 2ª safra, 2,2%, tomate, 2,9% e cana-de-açúcar, 3,1%. Regionalmente a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, deverá ficar distribuída da seguinte forma: Centro Oeste, 45,3%, Sul 33,2%, Sudeste, 9,4%, Nordeste, 8,1% e Norte, 4,0%. Mato Grosso lidera como maior produtor nacional de grãos, com participação de 27,3%, seguido pelo Paraná, 15,8% e Rio Grande do Sul, com 14,6%.

Consequência

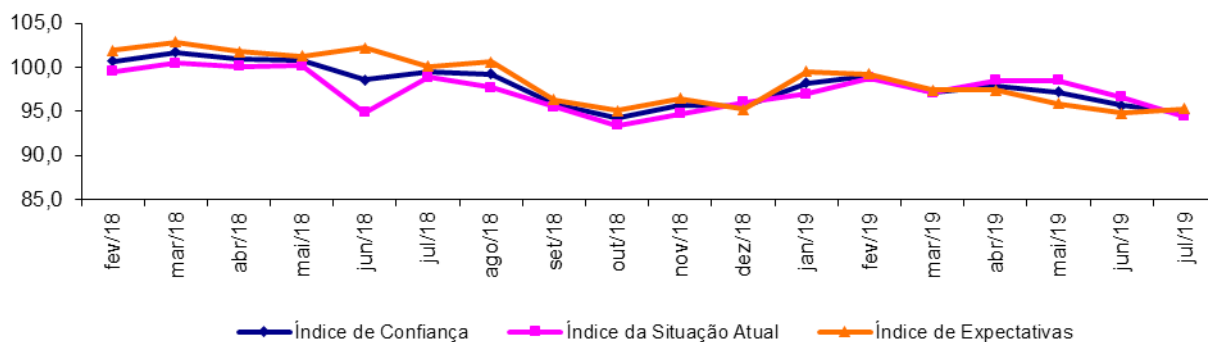
O prognóstico da produção agrícola vem apresentado resultados superiores aos do ano anterior. Ao longo do segundo semestre é esperada continuidade neste comportamento.

Atividade

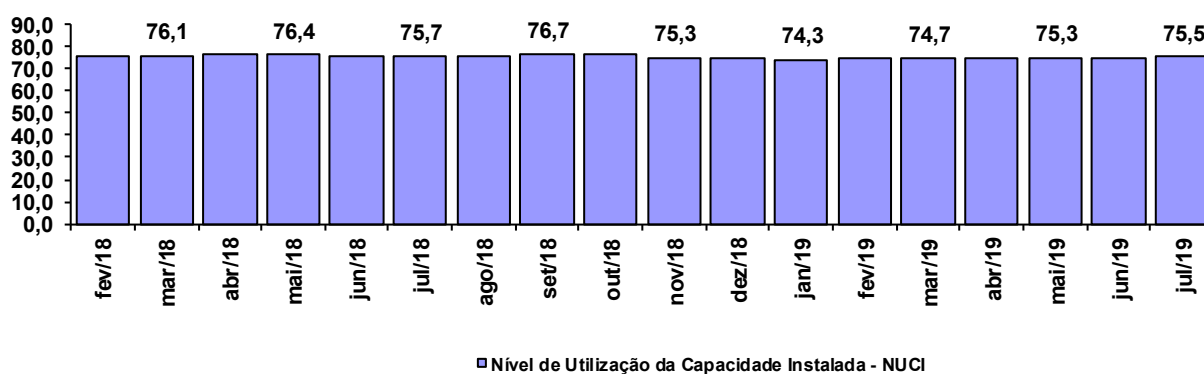
Sondagem da Indústria (Julho/2019) – FGV

Fato

Na passagem de junho para julho, o Índice de Confiança da Indústria de Transformação - ICI recuou 0,9 ponto chegando a 94,8 pontos. O Índice da Situação Atual – ISA diminuiu 2,2 pontos atingindo 94,4 pontos e o Índice das Expectativas – IE cresceu 0,5 ponto, chegando a 95,3 pontos. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI avançou para 75,5%, 0,5 acima do resultado de junho.



Fonte: FGV



Fonte: FGV

Causa

O **ISA** foi negativamente influenciado pela avaliação com relação à *situação atual dos negócios*. O percentual de empresas que avaliam a situação atual como boa caiu 7,7 pontos, chegando a 11,9% e o de empresas com que entendem a situação como ruim aumentou 1,6 p.p. para 22,7%. No que tange ao **IE**, destaca-se a melhora no *ambiente de negócios* nos seis meses seguintes, com crescimento de 3,5 pontos na parcela das empresas que preveem melhora e recuo de 2,9 pontos na proporção de empresas que esperam piora.

Consequências

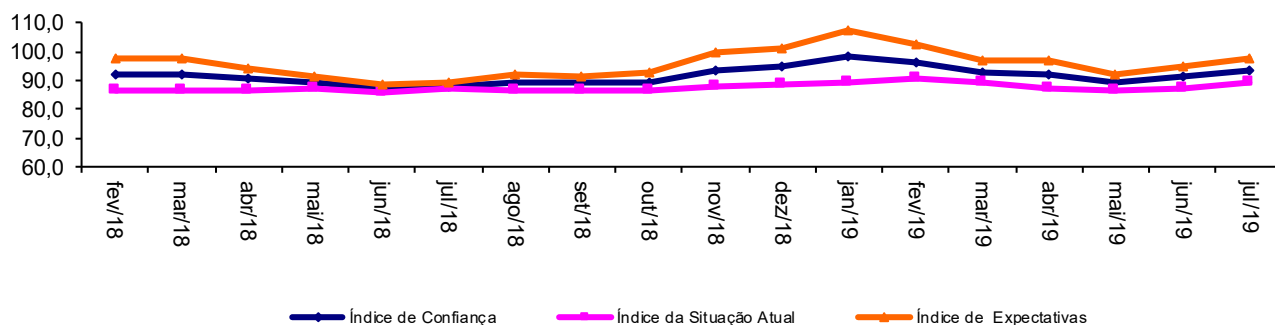
Após a aceleração do segundo trimestre, o índice volta a cair, demonstrando que a esperada recuperação deve seguir em ritmo lento e gradual.

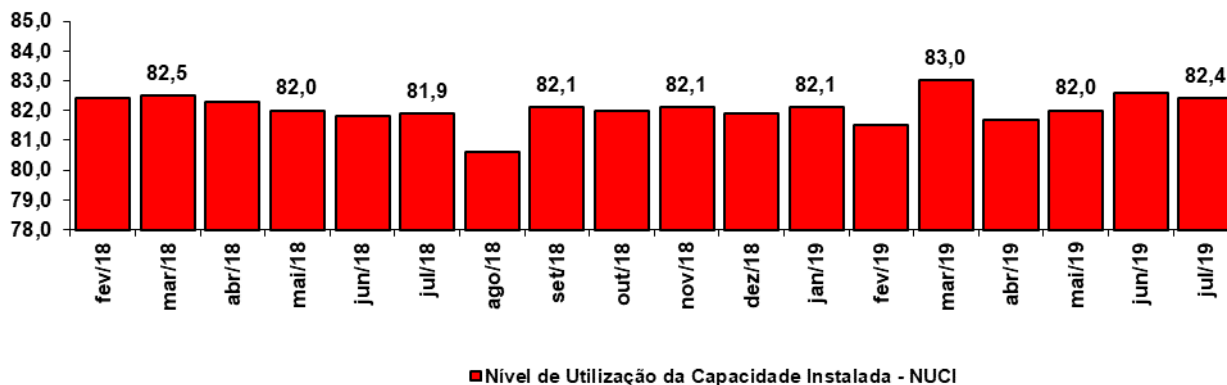
Atividade

Sondagem de Serviços (Julho/2019) – FGV

Fato

O **Índice de Confiança de Serviços - ICS** avançou 2,2 pontos entre junho e julho, passando de 91,2 para 93,4 pontos. O **Índice da Situação Atual – ISA** avançou 1,9 ponto, atingindo 89,4 pontos. O **Índice de Expectativas - IE** cresceu 2,6 pontos, atingindo 97,6 pontos. O **NUCI** caiu 0,2 p.p. para 82,4%.





Fonte: FGV

Causa

O avanço no **ISA** veio tanto do indicador que mede o *Volume de Demanda Atual*, que aumentou 0,4 ponto, para 89,3 pontos, quando no que mede a *Situação Atual dos Negócios*, que subiu 3,2 pontos para 89,5 pontos. Nas *expectativas a Tendência dos Negócios nos próximos seis meses*, subiu 5,6 pontos, chegando a 98,8 pontos e o indicador da *Demanda Prevista nos próximos três meses* recuou 0,5 ponto, para 96,4 pontos.

Consequência

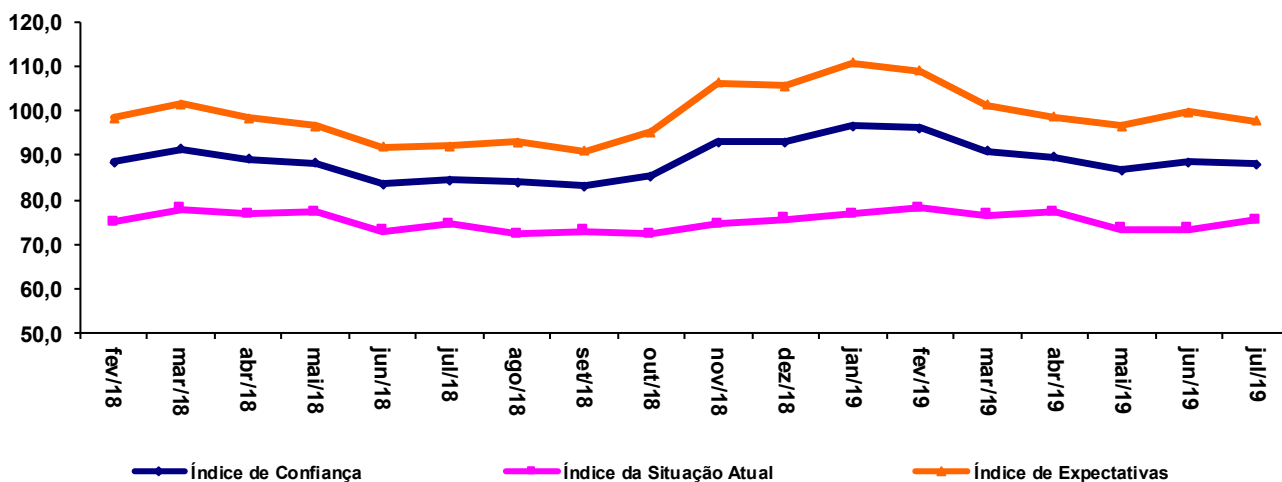
Os *índices de confiança* sugerem a retomada gradual da trajetória de recuperação, que havia piorado no início de 2019.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Julho/2019) – FGV

Fato

Entre os meses de junho e julho, o **ICC** caiu 0,4 ponto passando de 88,5 para 88,1 pontos. O *Índice da Situação Atual* aumentou 1,9 ponto, passando de 73,4 para 75,3 pontos, e o *Índice das Expectativas* recuou 2,0 pontos, de 99,7 para 97,7 pontos.



Fonte: FGV

Causa

Com referência a situação presente, o indicador que mede o grau de *satisfação com a situação econômica atual* avançou 0,9 ponto e o que mede a *situação financeira atual* teve variação de 2,8 pontos, chegando a 70,2 pontos. No que tange ao futuro, a variação negativa foi condicionada pelo indicador da *situação financeira futura das famílias*, que caiu 4,1 pontos, para 94,9 pontos.

Consequência

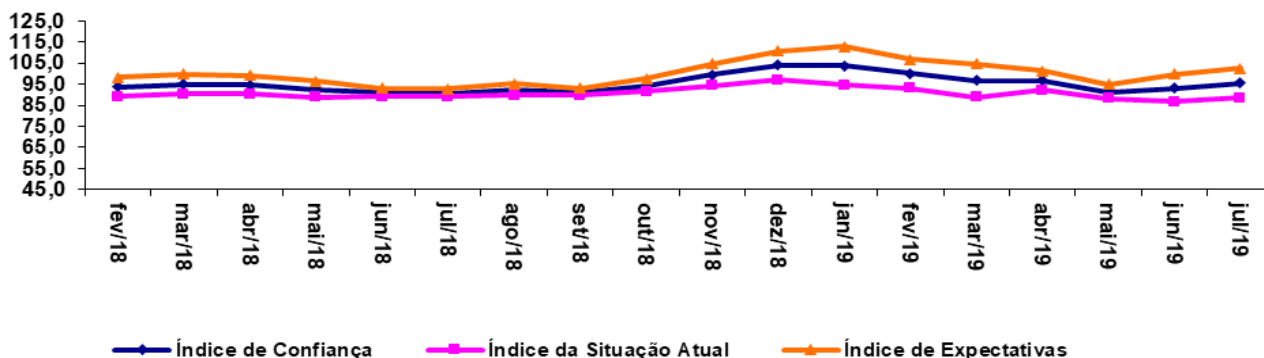
A variação negativa do mês continua sendo influenciada pela preocupação com o *mercado de trabalho* e com a *situação financeira familiar*.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Julho/2019) – FGV

Fato

O Índice de Confiança do Comércio - ICom avançou 2,3 pontos entre junho e julho, passando de 93,2 para 95,5 pontos. O Índice de Situação Atual - ISA cresceu 1,8 ponto atingindo 88,6 pontos, e o Índice de Expectativas - IE 2,7 pontos, chegando a 102,6 pontos.



Fonte: FGV

Causa

O crescimento no ICOM em julho foi decorrente do aumento em 09 dos 13 segmentos pesquisados e foi determinada por melhoras tanto das expectativas quanto das avaliações sobre a situação atual, sendo que nas expectativas o índice voltou a ficar acima dos 100,0 pontos após dois meses.

Consequência

No comércio a recuperação segue em retomada, porém sem apresentar ainda maior intensidade conforme desejado. Para os próximos meses as expectativas são de continuidade nesta tendência.

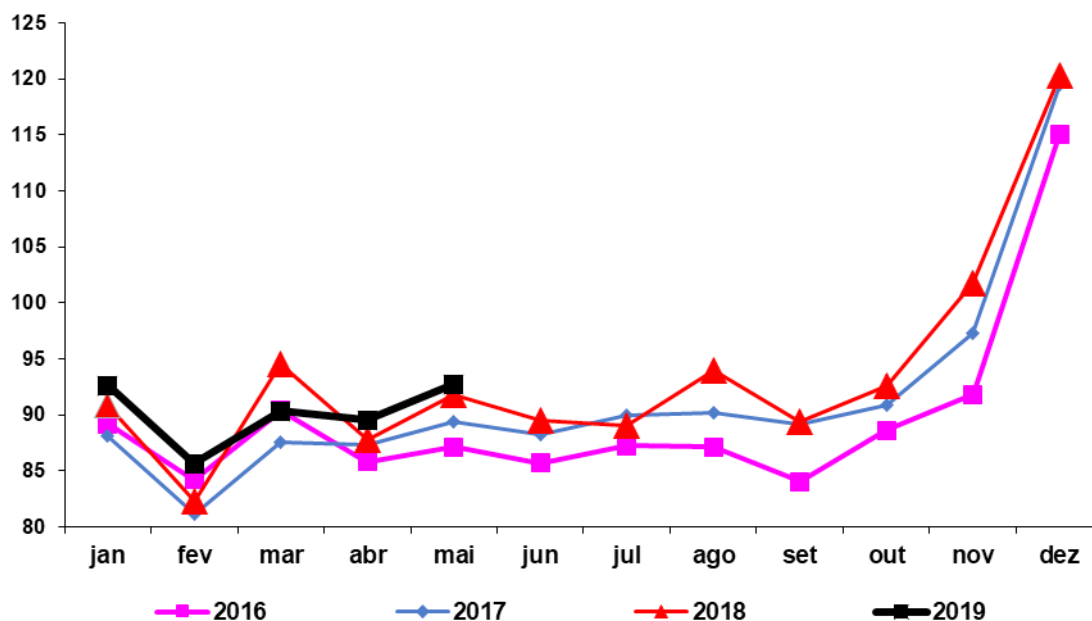
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Maio/2019) – IBGE

Fato

No mês de maio, o volume de vendas do comércio varejista, com ajuste sazonal, caiu 0,1% em relação a abril. Nesta análise a receita nominal cresceu 0,8%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o volume de vendas foram de avanço de 1,0% sobre maio de 2018, 0,7% no acumulado do ano e de 1,3% no acumulado dos últimos doze meses. A receita nominal obteve taxas de 5,8% com relação a igual mês de 2018, 5,0% no acumulado no ano e 5,3% no acumulado em doze meses.

No comércio varejista ampliado, houve aumento de 0,2%, no volume de vendas com relação ao mês anterior e de 0,9% na receita nominal. Nas demais comparações os resultados para o volume de vendas foram, 6,4% frente a maio do ano anterior, 6,7% no acumulado em 2019 e 7,0% em doze meses. Na receita nominal as variações foram de crescimento de 10,0% frente a igual mês do ano anterior, 6,7% no acumulado no ano e 7,0% em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com maio de 2018, cinco das oito atividades do varejo sustentaram o avanço, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 7,9%, *Móveis e eletrodomésticos*, 5,8%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 2,3%, *Combustíveis e lubrificantes*, 1,6% e *Equipamentos, e material para escritório, informática e comunicação*, 3,1%. Por outro lado, apresentaram queda: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,2%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 0,6% e *Livros, jornais, revistas e papelaria* 16,6%.

Consequência

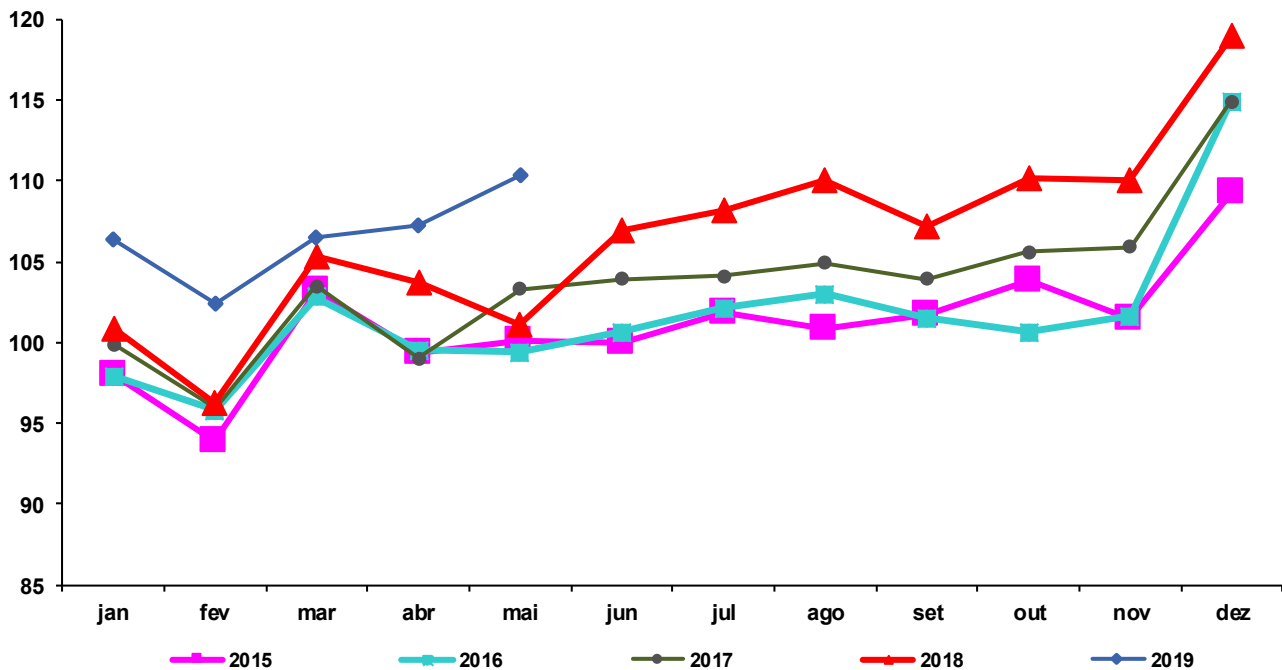
Na comparação com o mesmo mês do ano anterior o desempenho do *Comércio Varejista* foi influenciado pela *greve dos caminhoneiros* ocorrida no ano passado, porém o setor segue em trajetória lenta de recuperação.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Maio/2019) – IBGE

Fato

No mês de maio frente a abril o *volume* dos serviços não apresentou variação e a *receita* nominal cresceu 0,6%. Frente a igual mês do ano anterior, houve crescimento de 4,8% no *volume* e de 9,2% na *receita*. No acumulado do ano a redução no *volume* foi de 1,4% e o crescimento na *receita* foi de 5,1%. No acumulado em doze meses, as variações foram de 1,1% para o volume e 4,3% para a *receita nominal*.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com maio de 2018, todas as cinco atividades apresentaram avanços no volume: *Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio*, 5,7%, *Serviços de Informação e Comunicação*, 4,7%, *Outros Serviços*, 8,7%, *Serviços Prestados às Famílias*, 6,4%, e *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 1,8%. O volume de *atividades turísticas* cresceu 5,1%.

Consequência

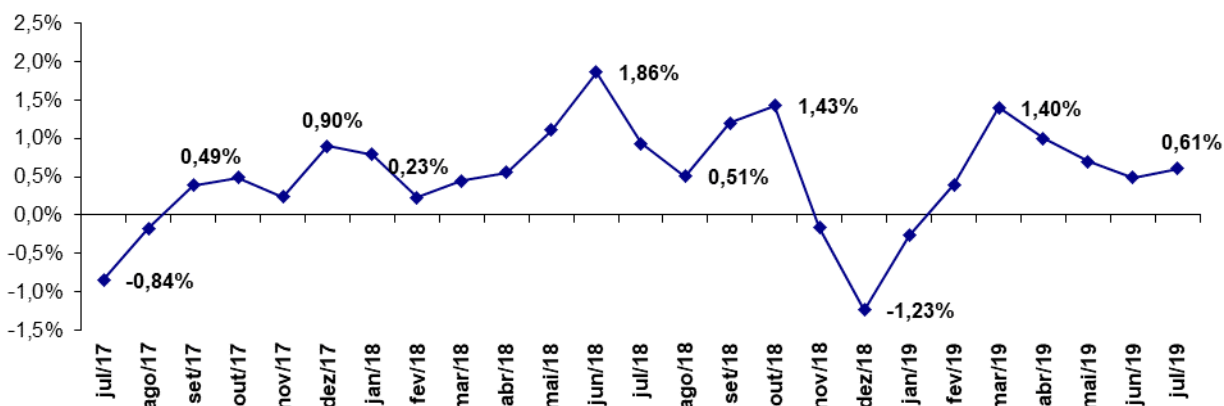
O desempenho do *setor de serviços*, na comparação interanual, da mesma maneira que o total da economia foi influenciado pelo baixo nível de comparação em decorrência eventos relacionados à *greve dos caminhoneiros*, no ano anterior.

Inflação

IGP-10 (Julho/2019) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação de 0,61% em julho, crescendo 0,12 p.p. frente ao mês anterior. O acumulado em doze meses ficou em 6,23%, e no ano 4,41%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de julho, os componentes do **IGP-10** apresentaram os seguintes comportamentos: no **IPA** ocorreu a mesma variação do mês anterior 0,72%, o **IPC** acelerou-se 0,05 p.p., chegando a 0,07% e o **INCC** avançou 1,04 p.p., com variação de 1,08%.

No **IPA**, o grupo *Bens Finais* teve desaceleração de 0,94 p.p., com contribuição do subgrupo *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* apresentaram recuo de 1,58 p.p. em junho, influenciados por *combustíveis e lubrificantes para produção*. As *Matérias-Primas Brutas* variaram 3,34% em julho, acelerando 0,67 p.p., em decorrência de *minério de ferro, milho e laranja*.

O grupo *Alimentação* foi o principal avanço no **IPC**, com destaque para *hortaliças e legumes*. Também tiveram variações maiores: *Comunicação, Despesas Diversas e Educação, Leitura e Recreação*. No **INCC**, *Materiais, Equipamentos* recuaram 0,05 p.p., *Serviços* avançou 0,13 p.p. e a *Mão de Obra* teve variação 1,95 p.p. maior do que no mês anterior.

Consequência

Após quatro movimentos de queda o IGP-10 apresentou avanço, para os próximos meses a expectativa é de retomada na tendência de queda.

Inflação

IGP-M (Julho/2019) – FGV

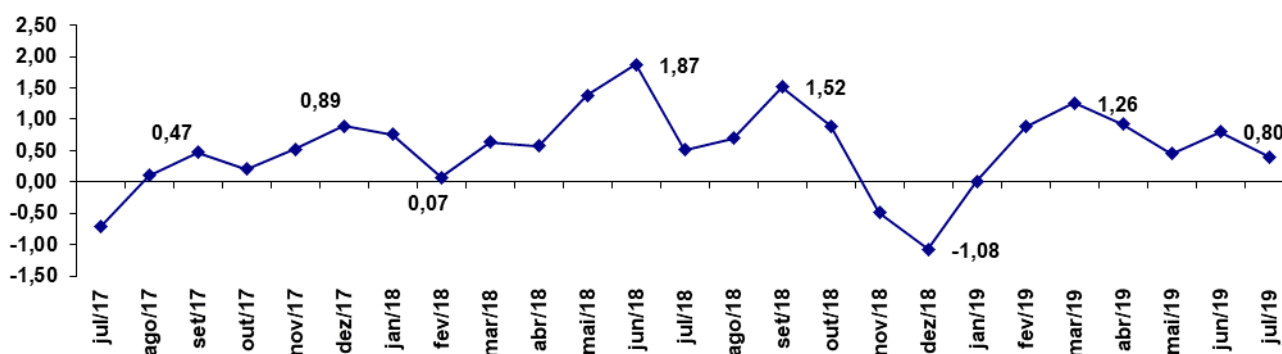
Fato

O **IGP-M** variou 0,40%, em julho, variação 0,40 p.p. menor do que a variação de junho. Em doze meses o acumulado é de 6,39%, e no ano 4,79%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA**, que responde por 60% do índice, registrou variação de 0,40%, em junho a variação havia sido de 1,16%. Os *Bens Finais* tiveram redução de preços na ordem de 0,09%, registrando variação 0,61 p.p. menos negativa do que no mês anterior, principalmente em decorrência do aumento nos *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* apresentaram taxa negativa de 0,83%, com variação 1,21 p.p. menor, com consequência da menor variação no preço dos *materiais e componentes para a manufatura* e as *Matérias-Primas Brutas* apresentaram variação de 2,34%, com queda de 1,90 p.p. frente ao mês anterior, decorrente de *soja, leite in natura e cana-de-açúcar*.

O **IPC** avançou 0,23 p.p., com o principal acréscimo em *Alimentação*, com destaque para *hortaliças e legumes*. Também tiveram maior variação: *Habituação e Despesas Diversas*. O **INCC** apresentou aceleração de 0,47 p.p., com a mesma variação em *Serviços* (0,20%), recuo em *Materiais e Equipamentos e Serviços*, 0,05 p.p. e avanço de 0,91 p.p. na variação da *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

O **IGP-M** apresentou recuo após a alta do mês anterior, retomando a trajetória descendente, para os próximos meses não existe sinalização de *pressões inflacionárias*.

Inflação

IGP-DI (Junho/2019) – FGV

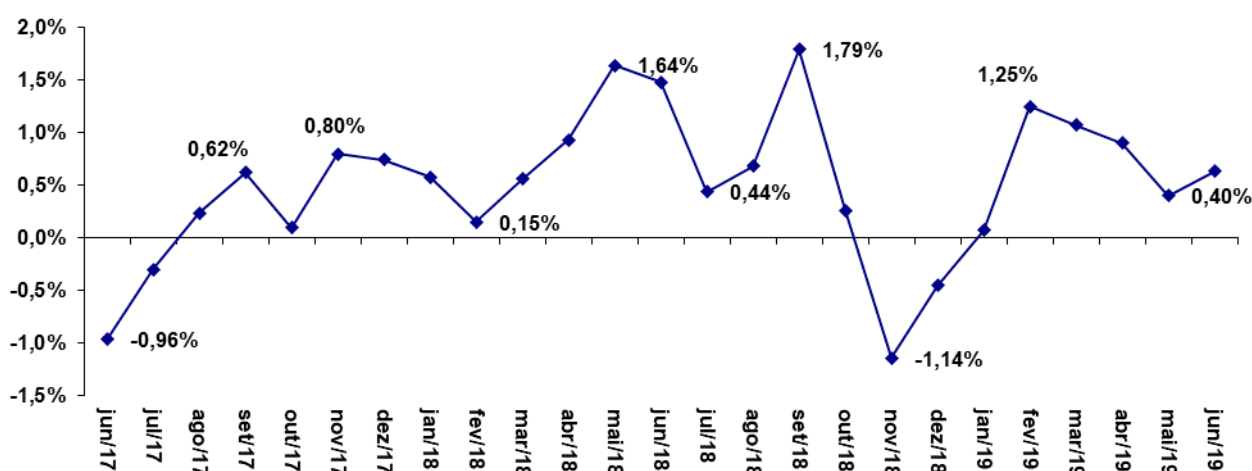
Fato

O *Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI* registrou variação de 0,63% em junho, avançando 0,23 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula variação de 7,79%.

Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** aumentou sua taxa de variação em 0,31 p.p., atingindo 0,83%. As *Matérias-Primas Brutas* foram as responsáveis pelo avanço, registrando variação 2,47 p.p. maior do que no mês anterior, com destaque ascendente para *soja, milho e minério de ferro*. Os *Bens Intermediários* tiveram desaceleração de 1,45 p.p., sendo o principal responsável por este movimento subgrupo *combustíveis e lubrificantes para produção*. Os *Bens Finais* mesmo registrando variação negativa de 0,43% apresentou menor queda em 0,22 p.p., por conta do subgrupo *alimentos in natura*.

No **IPC** houve desaquecimento de 0,24 p.p., decorrente da desaceleração nos preços dos grupos *Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais e Despesas Diversas* em decorrência do comportamento dos itens *tarifa de eletricidade residencial, medicamentos em geral e bilhete lotérico*. O **INCC** registrou aceleração de 0,85 p.p., principalmente devido ao avanço em *Mão de Obra*, 1,56 p.p.



Fonte: FGV

Consequência

Após três meses de recuos, o **IGP-DI** voltou a apresentar aceleração, decorrente principalmente da variação nos preços de algumas *commodities*. Como o índice aponta principalmente a variação dos *preços no varejo*, a expectativas para os próximos períodos é de avanço nos *preços ao consumidor*.

Inflação

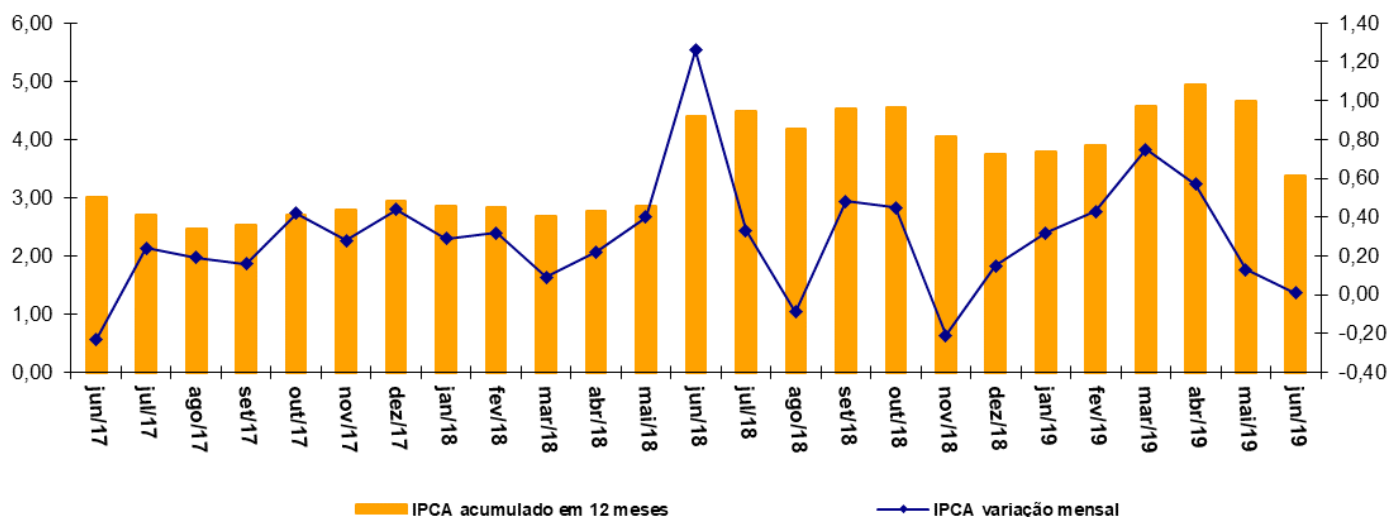
IPCA (Junho/2019) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,01% em junho, ficando 0,12 p.p. abaixo da variação de maio. O índice acumulado em doze meses é de 3,37%, também abaixo do registrado nos doze meses imediatamente anteriores (4,66%). No ano, o acumulado ficou em 2,23%. Em **Curitiba** a variação do índice avançou 0,24 p.p., registrando variação de 0,21% em junho, 1,81% no ano e 2,63% em doze meses.

Causa

No mês, os grupos *Alimentação e Bebidas* e *Transporte*, que juntos representam aproximadamente 43% das *despesas domésticas* foram os que mais influenciaram o recuo no **IPCA**, uma vez que apresentaram deflação de 0,25% e 0,31%, respectivamente. No primeiro, as principais quedas ocorreram em *frutas e feijão-carioca*. Nos *Transportes* a queda foi justificada pela variação negativa nos *combustíveis*. Por outro lado, a maior alta ficou por conta de *Saúde e Cuidados Pessoais*.



Fonte: IBGE

Consequência

O recuo no **IPCA** foi decorrente principalmente da deflação no grupo dos *Alimentação e Bebidas*. Para os próximos meses a expectativa é de variações mais comportadas.

Inflação

IPCA - 15 (Julho/2019) – IBGE

Fato

O **IPCA – 15** registrou variação 0,09% em julho, aumentando 0,03 p.p. com relação a junho. Nos últimos doze meses o acumulado é de 3,27%, e no ano 2,42%. Em **Curitiba**, o índice foi de 0,18%, 0,14 p.p. acima do registrado em junho, acumulando variação de 2,41% em doze meses e 1,77% no ano.

Causa

No mês, os grupos *Transportes* exerceu a influência negativa mais importante, com variação negativa de 0,44% em julho, após alta de 0,25% em junho, influenciado principalmente pelo grupo dos *combustíveis*. Pelo lado das altas, destaca-se *Alimentação e Bebidas*, que apresentou leve alta (0,03%) após variação negativa no mês anterior (0,64%), também contribuíram para elevação do índice, *Despesas Pessoais* e *Saúde e Cuidados Pessoais*.

Consequência

A inflação segue acomodada, inexistindo fatores que possam contribuir para alterar esta tendência, que deve se manter ao longo dos próximos meses.

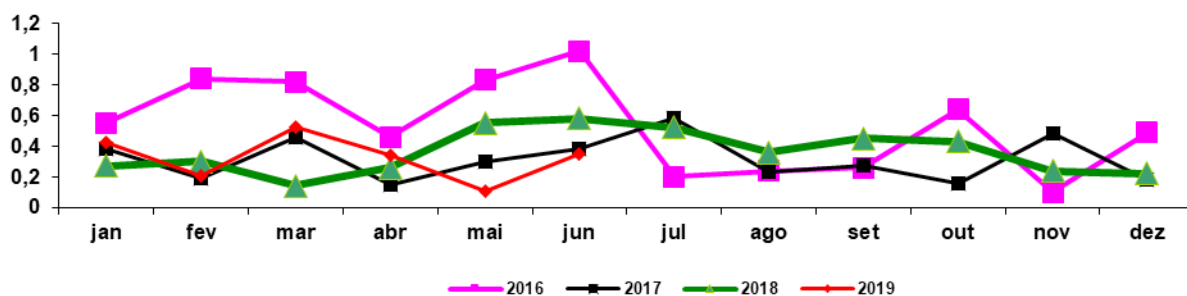
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Junho/2019) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,35% em junho, 0,24 p.p. acima da variação de maio. Em doze meses, o acumulado é de 4,25% e no ano 1,97%. O *custo nacional* por metro quadrado passou de R\$ 1.131,89 em maio, para R\$ 1.135,88 em junho sendo R\$ 595,15 relativos aos *materiais* e R\$ 540,73 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 0,22% no mês, 1,95% no ano e 5,72% em doze meses, e o *Custo Médio* atingiu R\$ 1.153,95.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,45%, 0,06 p.p. acima do índice de maio, e a componente *mão-de-obra* observou taxa de variação 0,45 p.p. maior, passando de negativos 0,21% em maio, para 0,24% em junho. No ano, os acumulados foram: 2,73% para *materiais* e 1,15% para *mão-de-obra*. No mês as variações regionais foram: 0,54% na Região Norte, 0,54% na Região Nordeste, 0,18% no Sudeste, 0,24% no Centro-Oeste, e 0,41% no Sul. Ainda na verificação regional, os *custos* foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.183,20, Sul, R\$ 1.182,70, Norte, R\$ 1.143,81, Centro-Oeste, R\$ 1.132,97 e Nordeste R\$ 1.058,57.

Consequência

O aumento nos preços da *construção civil* no mês decorreu do impacto da *convenção coletiva* nos estados de Pernambuco e do Acre e do aumento dos preços dos *materiais* em Rondônia.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Junho/2019) – IBGE

Fato

O *IPP* apresentou queda de 1,14% em junho, ficando, portanto, 2,53 p.p. inferior à variação do mês anterior e 3,41 p.p. menor do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 3,75% e no ano 2,76%.

Causa

No mês, as *grandes categorias* econômicas tiveram as seguintes variações negativas de preços: 0,56% em *bens de capital*, 1,15% em *bens intermediários*, 1,24% em *bens de consumo*.

No acumulado do ano estas categorias tiveram variações positivas de 2,77% nos *bens de capital*, 2,59% nos *bens intermediários* e 3,02% nos *bens de consumo*.

Consequência

Os *preços ao produtor* apresentaram variação negativa, seguindo em patamar comportado, devendo assim, exercer menor influência nos *preços ao consumidor final*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Junho/2019) - BACEN

Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.296 bilhões em maio. A relação entre o *crédito total* e o *PIB* manteve-se estável no mês e caiu 0,2 p.p. na comparação com maio de 2018. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres* e *direcionados* alcançou 25,2% a.a. e a *taxa de inadimplência* caiu para 2,9%.

Causa

O *volume total das operações de crédito* em abril apresentou expansão de 0,4% no mês e 5,1% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.834 bilhões, crescendo 1,3% no mês e 11,8% com relação a maio de 2018. No segmento de *pessoa jurídica*, houve avanço de 1,3% no mês e 9,0% em doze meses, chegando à R\$ 826 bilhões. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* aumentaram 0,7% no mês e 14,2% na comparação com junho de 2018, atingindo R\$ 1.008,2 bilhões.

No *crédito direcionado* houve recuo de 0,7% no mês e de 2,2% em doze meses, chegando a R\$ 1.46 bilhões. Esse desempenho, no mês, resultou de acréscimos de 0,5% para *peessoas físicas* e declínio de 2,5% nos financiamentos a *peessoas jurídicas*.

As *taxas médias geral de juros* tiveram estabilidade no mês e expansão 0,6 p.p. em frente ao mesmo mês do ano anterior. A taxa alcançou 38,3% a.a. no crédito livre e 8,2% a.a. no crédito direcionado. Para *peessoa física* a *taxa média de juros* atingiu 31,7% a.a. Nas *peessoas jurídicas*, a taxa chegou a 15,1% a.a.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* chegou em 2,9%, com recuo de 0,1 p.p. no mês e também no confronto com junho de 2018. A *taxa de inadimplência* recuou 0,1 p.p. para *peessoas jurídicas* e manteve-se estável para *peessoas físicas*, situando-se respectivamente em 2,4% para *peessoas jurídicas* e 3,4% para *peessoas físicas*.

Consequência

O volume de crédito tem se mantido estável na comparação com o PIB nas três últimas apurações, sendo que ao longo do ano o indicador deverá seguir neste ritmo, refletindo a *lenta retomada da atividade econômica*.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Junho/2019) - BACEN

Fato

Em abril, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 2,9 bilhões. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 2,0 bilhões, totalizando US\$ 388,1 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 321,2 bilhões, diminuindo US\$ 5,1 bilhões na comparação com março.

Causa

Nos últimos doze meses as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 17,1 bilhões. Os Investimentos Diretos no País somaram ingressos líquidos de US\$ 2,2 bilhões, acumulando US\$ 91,8 bilhões, equivalente a 4,91% do PIB, nos últimos doze meses. A conta de serviços registrou *déficit* de US\$ 3,3 bilhões no mês. As *despesas líquidas de renda primária* atingiram US\$ 4,1 bilhões no mês, com *despesas líquidas de lucros* da ordem de US\$ 2,9 bilhões e *despesas líquidas de juros* de US\$ 1,2 bilhão. A *conta de renda secundária* apresentou *ingressos líquidos* de US\$ 193 milhões.

O crescimento das *reservas*, durante o mês de maio foi consequência, principalmente, de *variações por preços e paridade e receita de juros*. No mês, a *dívida externa* de médio e longo prazo somou US\$ 251,13 bilhões e a de curto prazo US\$ 70,09 bilhões.

Consequência

Decorrente do *desaquecimento da atividade econômica interna* e da *desvalorização do real* as *Transações Correntes* vêm apresentando estabilidade no *déficit*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Junho/2019) - BACEN

Fato

Em junho, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 12,7 bilhões, considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *déficit* de R\$ 99,6 bilhões (1,42% do **PIB**). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.859,8 bilhões (55,2% do PIB), aumentando 0,2 p.p. como *proporção do PIB* em relação ao mês anterior e 1,1 p.p. no ano. A *dívida bruta do setor público* alcançou R\$ 5.499,0 bilhões, 78,7% do **PIB**, mantendo-se estável como *percentual do PIB*, em relação ao mês anterior e aumentando 1,1 p.p., no ano. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 17,4 bilhões, no mês e R\$ 357,3 bilhões (5,11% do PIB), em doze meses. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 30,1 bilhões e no acumulado em doze meses o *déficit* atingiu R\$ 456,9 bilhões, 6,54% do **PIB**.

Causa

Na composição do *déficit primário*, o *Governo Central*, os *Governos Regionais* e as *empresas estatais* apresentaram *déficit* de R\$ 12,2 bilhões, R\$ 55 milhões e R\$ 439 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em junho, R\$ 17,4 bilhões, houve redução de R\$ 27,0 bilhões em relação ao total apropriado em junho de 2019.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do **PIB**, a evolução no ano, foi consequência dos *da incorporação de juros nominais*, *desvalorização cambial* e do *déficit primário*, este aumento foi compensados, parcialmente, pelo *ajuste de paridade da cesta de moedas* e pelo *crescimento do PIB nominal*.

Consequência

O *déficit primário* no acumulado do ano dificulta o pagamento de *juros* e eleva a *Dívida Líquida do Setor Público*. Para os próximos meses é aguardado melhor *resultado primário*.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2019-2023

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2019	0,88	6,12	3,79	3,79
2020	2,22	5,62	3,77	3,87
2021	2,53	6,81	3,80	3,80
2022	2,52	7,08	3,84	3,64
2023	2,44	7,08	3,89	3,60

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 26/07/2019 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL - MAIO 2009-2019

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2009	26,78	-0,68	12,72	0,83	39,65
2010	27,91	-1,25	11,66	0,66	38,98
2011	26,73	-1,2	11,14	0,61	37,28
2012	22,73	-1,1	10,55	0,56	32,74
2013	21,73	-1,29	10,49	0,6	31,53
2014	20,94	-1,03	10,58	0,58	31,08
2015	22,24	-2,11	11,52	0,74	32,39
2016	28,94	-2,8	12,1	0,91	39,15
2017	38,38	-2,82	11,61	0,88	48,05
2018	40,95	-2,82	12,29	0,95	51,37
2019	44,02	-2,77	12,56	0,91	54,72

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – JUNHO/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	26.652	71,94	37.050	29,29	90.992	2,14	1.248.106
DESLIGAMENTOS	25.023	70,47	35.507	27,55	90.834	2,09	1.199.670
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	677.256	70,02	967.265	26,01	2.603.794	1,76	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	154.704	72,06	214.681	23,56	656.665	1,88	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	1.629		1.543		158		48.436

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – JUNHO/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.100	8,37	37.050	3,41	90.992	0,25	1.248.106
DESLIGAMENTOS	3.103	8,74	35.507	3,42	90.834	0,26	1.199.670
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	88.517	9,15	967.265	3,4	2.603.794	0,23	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.959	6,97	214.681	2,28	656.665	0,18	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-3		1.543		158		48.436

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – JUNHO/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.220	3,29	37.050	1,34	90.992	0,1	1.248.106
DESLIGAMENTOS	1.360	3,83	35.507	1,5	90.834	0,11	1.199.670
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.024	3,83	967.265	1,42	2.603.794	0,1	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.713	2,66	214.681	0,87	656.665	0,07	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-140		1.543		158		48.436

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) -AGO/2018 – JUL/2019

DIA	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18
1			94.603,75	96.054,45			101.339,68	79.301,65		78.623,66	88.419,05	
2	91.012,31			95.386,76	95.527,62		100.605,17	79.636,69		81.612,28		
3	91.564,25			94.491,48	96.007,89	97.020,48	102.043,11	81.434,98	76.192,74	83.273,40		89.820,09
4	91.840,79	98.588,63		96.313,06		97.380,28	103.636,17		74.711,80	82.952,81		88.624,45
5		98.311,20		97.108,17		95.998,75	104.089,47		75.092,27	82.321,52	89.598,16	89.039,80
6		94.635,57	94.216,87		95.008,66	97.204,85		81.050,76	76.416,02		88.668,92	88.846,49
7	91.699,05	94.405,59	94.340,17		94.388,73	97.821,26		80.346,53			87.714,35	88.115,08
8	92.031,86	95.343,10	95.364,85	97.369,29	95.596,61		104.530,22	79.151,70		86.083,92	85.620,14	
9	93.613,04			96.291,79	94.807,85			78.767,99		86.087,55	85.641,22	
10	93.805,93			95.953,45	94.257,56	97.466,69	105.817,06	76.514,36	76.436,36	83.679,12		85.914,71
11	93.658,31	94.412,91	98.026,62	94.754,70		98.960,00	105.146,44		74.656,51	82.921,08		86.419,58
12		96.168,40	97.828,03	92.875,00		98.320,88	103.905,99		75.124,81		85.524,70	86.977,46
13		95.842,40	98.903,88		91.726,54	98.773,70		77.496,46	74.686,68		84.914,11	87.837,59
14	94.474,13	98.015,09	98.604,67		92.092,44	98.040,06		78.602,12	75.429,10		85.973,06	87.449,51
15	94.055,72	97.525,91	99.136,74	93.082,97	91.623,44		103.802,69	77.077,50		83.359,77		
16	94.393,07			94.333,31	90.024,47		103.775,41	76.818,72		85.717,57	88.515,27	
17	95.351,09			93.284,75	89.992,73	97.623,25	103.855,53	76.028,51	76.788,86	85.763,96		86.399,68
18	96.096,75	96.509,89	99.993,92	94.578,26		99.404,39	104.716,59		78.313,97	83.847,12		86.610,50
19		97.659,15	99.588,37			100.303,41	103.451,93		78.168,66	84.219,75	87.900,84	85.673,53
20		96.544,81	98.041,37		91.946,19			76.327,89	78.116,02			85.269,30
21	96.009,77	96.932,27	96.729,08		94.484,63	102.012,64		75.180,40	79.444,29		87.268,80	85.697,16
22	95.103,38	97.885,60	93.735,15	94.588,06	94.360,66		103.949,46	76.902,31		85.596,70	87.477,44	
23	96.558,42			95.923,24	93.910,03		103.704,28	75.633,77		85.300,04	86.230,23	
24	97.677,19			95.045,43	93.627,80	102.062,33	104.119,54	76.262,24	77.984,19	83.063,56		
25		97.239,90	93.662,01	96.552,03		100.092,95	102.654,58		78.630,15	84.083,51		
26		97.602,50	95.306,82	96.236,04		100.688,63	102.818,93		78.656,16	85.719,88	85.546,51	85.136,11
27		97.307,31	91.903,40		94.864,25	100.723,97		77.929,69	80.000,09		87.891,18	85.460,21
28	95.443,88	95.584,35	94.388,940		96.392,76	100.967,20		77.473,18	79.342,43		89.250,83	87.887,27
29	95.639,33		95.414,55	96.187,75	96.566,55		103.482,63	78.388,84		83.796,71	89.709,57	
30	96.996,21			96.353,33	97.457,36		102.932,76	76.404,10		86.885,71	89.504,03	
31	97.393,74				97.030,32		101.812,13	76.677,53		87.423,55		
MÍNIMO	91.012,31	94.405,59	91.903,40	94.491,48	89.992,73	95.998,75	100.605,17	75.180,40	74.656,51	78.623,66	84.914,11	85.136,11
MÁXIMO	97.677,19	98.588,63	99.993,92	96.353,33	97.457,36	102.062,33	105.817,06	81.434,98	80.000,09	87.423,55	89.709,57	89.820,09

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–JUL/2019

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
DEZ/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
DEZ/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
DEZ/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
DEZ/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
DEZ/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
DEZ/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
DEZ/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
DEZ/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
DEZ/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
DEZ/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
DEZ/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
DEZ/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
DEZ/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
DEZ/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
DEZ/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
DEZ/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
DEZ/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
JAN/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
FEV/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
MAR/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
ABR/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
MAI/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
JUN/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
JUL/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
AGO/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
SET/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
OUT/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
NOV/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
DEZ/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
JAN/18	72,47	79,72	1.163,73	39,32	28,30
FEV/18	65,42	89,02	1.263,78	39,07	29,23
MAR/18	65,53	88,21	1.326,18	42,40	36,45
ABR/18	69,32	87,22	1.413,59	47,15	37,65
MAI/18	68,39	90,88	1.490,00	54,95	38,94
JUN/18	71,34	86,51	1.450,92	62,88	38,47
JUL/18	77,98	86,32	1.432,98	59,95	35,43
AGO/18	78,46	87,63	1.435,45	56,84	36,87
SET/18	79,86	93,58	1467,24	52,91	37,58
OUT/18	80,93	92,15	1.417,65	49,11	33,81
NOV/18	80,40	92,31	1.371,70	49,91	33,57
DEZ/18	79,41	92,62	1.338,85	51,09	33,97
JAN/19	80,77	106,22	1.306,58	54,19	35,27
FEV/19	82,74	127,20	1.254,75	53,99	35,88
MAR/19	81,88	118,35	1.264,08	55,20	35,46
ABR/19	82,12	109,08	1.290,06	52,31	32,93
MAI/19	88,66	96,42	1.303,83	53,14	31,66
JUN/19	92,46	93,36	1.351,79	53,29	34,64
JUL/19	95,82	119,08	...	52,97	34,85

FONTE: IPEA; CONAB; IEA-SP; SEAB-PR.

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672
AGO/18	3.697.483	2.639.313	76.677	0	25.965	8.110
SET/18	3.728.770	2.671.198	79.342	0	26.458	8.046
OUT/18	3.771.919	2.916.773	87.423	700	25.116	7.306
NOV/18	3.772.958	2.977.960	89.504	0	25.538	7.331
DEZ/18	3.809.240	2.894.364	87.887	0	23.327	6.635
JAN/19	3.859.708	3.218.298	97.393	0	25.000	7.282
FEV/19	3.873.544	3.136.722	95.584	3.600	25.916	7.533
MAR/19	3.915.659	3.114.470	95.414	600	25.929	7.729
ABR/19	3.918.459	3.133.830	96.353	0	26.593	8.095
MAI/19	3.991.128	3.179.553	97.030	0	24.815	7.453

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2015, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2019
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.849.631.130	0,00	3.286.435.601	0,00	1.546.619
1998	4.217.015.109	-13,04	4.037.993.209	22,87	170.406
1999	3.930.561.564	-6,79	3.686.335.922	-8,71	233.169
2000	4.379.503.505	11,42	4.679.233.086	26,93	-299.729.581
2001	5.312.332.713	21,30	4.897.792.513	4,67	414.540.200
2002	5.694.804.727	7,20	3.316.953.439	-32,28	2.377.851.288
2003	7.151.159.118	25,57	3.484.908.970	5,06	3.666.250.148
2004	9.389.420.770	31,30	4.019.935.825	15,35	5.369.484.945
2005	10.015.182.847	6,66	4.516.231.442	12,35	5.498.951.405
2006	9.995.494.251	-0,20	5.966.627.723	32,12	4.028.866.528
2007	12.328.950.313	23,35	9.014.788.594	51,09	3.314.161.719
2008	15.215.715.407	23,41	14.551.915.577	61,42	663.799.830
2009	11.196.293.394	-26,42	9.581.197.028	-34,16	1.615.096.366
2010	14.138.446.875	26,28	13.896.179.543	45,04	242.267.332
2011	17.360.038.340	22,79	18.730.595.657	34,79	-1.370.557.317
2012	17.670.729.653	1,79	19.386.402.825	3,50	-1.715.673.172
2013	18.209.358.888	3,05	19.323.866.589	-0,32	-1.114.507.701
2014	16.309.278.456	-10,43	17.280.528.871	-10,57	-971.250.415
2015	14.905.716.333	-8,61	12.441.616.141	-28,00	2.464.100.192
2016	15.169.664.013	1,77	11.091.546.509	-10,85	4.078.117.504
2017	18.078.720.982	19,18	11.516.626.302	3,83	6.563.848.374
2018	20.040.889.000	10,85	12.370.168.000	7,41	7.670.721.000
JUN/2019	7.801.779.865	-26,46%	6.084.871.695	-9,09%	1.716.908.170

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2019
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91
2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	66.989.724.045	40,60
2018	239.889.170.206	10,17	181.230.568.862	20,22	58.658.601.344	-12,44
JUN/2019	109.842.267.253	-3,49%	83.800.608.498	-0,04%	26.075.733.222	-2,02

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2012/2019 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	566,1	2.202,4	10,0	2.778,5	750,0	1.330,0	698,5
	2018/19	665,1	2.665,1	5,0	3.335,2	700,0	1.500,0	1.135,2
Arroz em casca	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.024,3	1.064,7	711,6
	2017/18	625,8	11.449,9	1.200,0	13.275,7	11.900,0	800,0	575,7
	2018/19	671,8	10.428,1	1.300,0	12.399,9	11.200,0	900,0	299,9
Feijão	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	178,6	3.170,6	130,0	3.479,2	3.200,0	120,0	159,2
	2018/19	287,4	3.020,5	120,0	3.427,9	3.050,0	130,0	247,9
Milho	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	13.287,7	90.409,2	400,0	104.096,9	62.500,0	31.000,0	10.596,9
	2018/19	15.605,1	98.504,0	500,0	114.609,1	62.915,3	33.500,0	18.193,8
Soja em grãos	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	670,3	118.238,6	400,0	119.308,9	43.500,0	75.000,0	808,9
	2018/19	1.390,7	115.018,2	150,0	116.558,9	45.200,0	68.000,0	3.358,9
Farelo de Soja	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	911,3	31.185,0	2,0	32.098,3	17.000,0	14.000,0	1.098,3
	2018/19	1.029,3	33.264,0	1,0	34.294,3	17.200,0	15.000,0	2.094,3
Óleo de soja	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	218,1	7.897,5	41,0	8.156,6	6.700,0	1.100,0	356,6
	2018/19	429,9	8.424,0	40,0	8.893,9	7.600,0	1.050,0	243,9
Trigo	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	831,8	5.488,7	7.200,0	13.520,5	12.499,0	600,0	421,5

Fonte: CONAB – 7º levantamento, julho 2019. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2019
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	119.281	35.149	3.394	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.600	2.672	5.545	1.508
2018/2019	115.018	35.867	3.207	32.455	9.700	16.253	5.438	11.437	3.476	8.504	2.854	5.074	1.575

Fonte: CONAB – 7º levantamento, julho 2019. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estimativa em julho/2019.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,9	5,5	5,6	3	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,3	3,7	3,7
África do Sul	5,3	5,6	5,4	3,2	-1,5	3	3,3	2,2	2,5	1,8	1,3	0,6	1,3	0,8
Alemanha	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,7	0,6	2,2	1,5	2,2	2,5	1,9
Argentina	8,9	8	9	4,1	-5,9	10,1	6	-1	2,4	-2,5	2,7	-1,8	2,9	-2,6
Bolívia	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,1	6,8	5,5	4,9	4,3	4,2	4,3
Brasil	3,2	4	6,1	5,1	-0,1	7,5	4	1,9	3	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1
Canadá	3,2	2,6	2,1	1	-2,9	3,1	3,1	1,7	2,5	2,9	1	1,4	3	2,1
Chile	5,7	6,3	4,9	3,6	-1,6	5,8	6,1	5,3	4,1	1,8	2,3	1,3	1,5	4,0
China	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6
Colômbia	4,7	6,8	6,8	3,3	1,2	4,3	7,4	3,9	4,6	4,7	3	2	1,8	2,8
Coréia do sul	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	2,9	3,3	2,8	2,9	3,1	2,8
Equador	5,3	4,4	2,2	6,4	0,6	3,5	7,9	5,6	4,9	3,8	0,1	-1,2	2,4	1,1
Estados Unidos	3,5	2,9	1,9	-0,1	-2,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9
França	1,7	2,4	2,4	0,3	-2,9	1,9	2,2	0,3	0,6	1	1	1,1	2,3	1,6
Índia	9,3	9,3	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	5,5	6,4	7,4	8,2	7,1	6,7	7,3
Indonésia	5,7	5,5	6,3	7,4	4,7	6,4	6,2	6	5,6	5	4,9	5	5,1	5,1
Itália	0,9	2	1,5	-1,1	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	0,1	1	0,9	1,5	1,2
Japão	1,7	1,4	1,7	-1,1	-5,4	4,2	-0,1	1,5	2	0,4	1,4	1	1,7	1,1
México	2,3	4,5	2,3	1,1	-5,3	5,1	3,7	3,6	1,4	2,8	3,3	2,9	2	2,2
Paraguai	2,1	4,8	5,4	6,4	-0,3	11,1	4,2	-0,5	8,4	4,9	3,1	4,3	4,8	4,4
Peru	9	7,1	5	0,8	-4,7	8,5	11,1	4,8	8,5	5,2	6,1	3,2	7,4	3,5
Reino Unido	3,1	2,5	2,5	-0,3	-4,2	1,7	1,6	1,4	2	2,9	2,3	1,8	1,7	1,4
Rússia	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,5	5,1	3,7	1,8	0,7	-2,5	-0,2	1,5	1,7
Tailândia	4,2	5	5,4	1,7	-0,7	7,5	0,8	7,2	2,7	1	3	3,3	3,9	4,6
Uruguai	6,8	4,1	6,5	7,2	4,2	7,8	5,2	3,5	4,6	3,2	0,4	1,7	2,7	2,0
Venezuela	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,3	-3,9	-6,2	-16,5	-14	-18

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,1	4,1	4,3	6,3	2,7	3,7	5,0	4,1	3,7	3,2	2,8	3,0	3,9	3,8
África do Sul	3,4	4,6	7,2	11,0	7,1	4,3	5,0	5,6	5,8	6,1	4,6	6,3	5,3	4,5
Alemanha	1,9	1,8	2,3	2,8	0,2	1,1	2,5	2,1	1,6	0,8	0,1	0,4	1,7	1,4
Argentina	9,6	10,9	8,8	8,6	6,3	10,5	9,8	10,0	10,6	0,8	0,1	0,4	25,7	47,1
Bolívia	5,4	4,3	6,7	14,0	3,3	2,5	9,9	4,5	5,7	5,8	4,1	3,6	2,8	1,51
Brasil	6,9	4,2	3,6	5,7	4,9	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4	3,7
Canadá	2,2	2,0	2,1	2,4	0,3	1,8	2,9	1,5	0,9	1,9	1,1	1,4	1,6	2,0
Chile	3,1	3,4	4,4	8,7	1,5	1,4	3,3	3,0	1,9	4,4	4,3	3,8	2,2	2,6
China	1,8	1,5	4,8	5,9	-0,7	3,3	5,4	2,6	2,6	2,0	1,4	2,0	1,5	1,9
Colômbia	5,1	4,3	5,5	7,0	4,2	2,3	3,4	3,2	2,0	2,9	5,0	7,5	4,3	3,1
Coréia do Sul	2,2	2,5	4,7	2,8	2,9	4,0	2,2	1,3	1,3	0,7	1,0	2,8	...	1,3
Equador	2,2	3,3	2,3	8,4	5,2	3,6	4,5	5,1	2,7	3,6	4,0	1,7	0,4	0,2
Estados Unidos	3,4	3,2	2,9	3,8	-0,3	1,6	3,1	2,1	1,5	1,6	0,1	1,3	2,1	1,9
França	1,9	1,9	1,6	3,2	0,1	1,7	2,3	2,2	1,0	0,6	0,1	0,3	1,0	1,2
Índia	4,4	6,7	6,2	9,1	10,6	9,5	9,5	10,0	9,4	5,8	4,9	4,5	3,3	2,1
Indonésia	10,5	13,1	6,7	9,8	5,0	5,1	5,3	4,0	6,4	6,4	6,4	3,5	3,8	2,8
Itália	2,2	2,2	2,0	3,5	0,8	1,6	2,9	3,3	1,2	0,2	0,1	-0,1	1,2	0,9
Japão	-0,3	0,3	0,1	1,4	-1,3	-0,7	-0,3	-0,1	0,3	2,8	0,8	-0,1	0,5	0,3
México	4,0	3,6	4,0	5,1	5,3	4,2	3,4	4,1	3,8	4,0	2,7	2,8	6,0	4,8
Paraguai	6,8	9,6	8,1	10,2	2,6	4,7	8,3	3,7	2,7	5,0	3,1	4,1	3,6	3,2
Peru	1,6	2,0	1,8	5,8	2,9	1,5	3,4	3,7	2,8	3,2	3,5	3,6	2,8	2,1
Reino Unido	2,1	2,3	2,3	3,6	2,2	3,3	4,5	2,8	2,6	1,5	0,0	0,7	2,6	2,1
Rússia	12,7	9,7	9,0	14,1	11,7	6,9	8,4	5,1	6,8	7,8	15,5	7,0	3,7	4,3
Tailândia	4,5	4,7	2,2	5,5	-0,8	3,3	3,8	3,0	2,2	1,9	-0,9	0,2	0,7	0,3
Uruguai	4,7	6,4	8,1	7,9	7,1	6,7	8,1	8,1	8,6	8,9	8,7	9,6	6,2	7,4
Venezuela	16,0	13,7	18,7	31,4	26,0	28,2	26,1	21,1	43,5	57,3	111,8	254,4	1087,5	1.698.488

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.